



Edmundo de
Macedo Soares e
Silva: o agente
público-privado,
o estado do Rio
de Janeiro e a
companhia
siderúrgica
nacional

José Luis
Honorato Lessa¹

Edmundo de Macedo
Soares e Silva: the
public-private agent, the
state of Rio de Janeiro
and the national steel
company

¹ Doutorando em História, Política e Bens Culturais no CPDOC/FGV. E-mail: honorato.lessa@gmail.com

Resumo:

Este trabalho analisa a atuação do agente Edmundo de Macedo Soares e Silva no projeto que deu origem a Companhia Siderúrgica Nacional e sua instalação do Estado do Rio de Janeiro. Articula-se ainda tal projeto ao contexto da indústria fluminense e à interventoria Amaral Peixoto entre 1937 a 1945.

Palavras-chave: Macedo Soares, Indústria Fluminense, Siderurgia.

Abstract:

This work analyzes the performance of the agent Edmundo de Macedo Soares e Silva in the project that originated Companhia Siderúrgica Nacional and its installation in the State of Rio de Janeiro. This project is also articulated to the context of the Rio de Janeiro industry and the Amaral Peixoto interventory between 1937 and 1945.

Keywords: Macedo Soares, Fluminense industry, Steel industry.

Os Macedo

O grupo familiar em tela protagonizou papel de destaque no meio circulante público-privado fluminense e nacional ao longo do século passado. O objetivo deste texto é especialmente analisar a atuação de Edmundo de Macedo Soares e Silva, de agora em diante, Macedo Soares, na condução dos interesses públicos e dos negócios privados. Daremos atenção à atuação deste agente no projeto originador da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), instalada no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) na década de 1940.

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica. A reflexão central está ancorada nos depoimentos de Macedo Soares e de Amaral Peixoto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), consubstanciados respectivamente nos seguintes livros - Um construtor do nosso tempo¹ e Artes da Política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto² -; no Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro³; no Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930⁴; no trabalho CSN um sonho feito de aço e ousadia⁵ e, por fim, na tese - “A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares” de Alexandre de Sá Avelar⁶.

É preciso destacar para o leitor um importante aspecto: a quase inexistência de trabalhos acadêmicos sobre o personagem Macedo Soares, exceção feita à tese acima. Muito embora este agente tenha tido atuação seminal para o advento da CSN no ERJ durante a Interventoria Ernani do Amaral Peixoto.

A Interventoria Amaral Peixoto e a indústria fluminense

Amaral Peixoto atuou enquanto Interventor Federal (1937/1945) e governador eleito (1951/1954). Parece-nos evidente que em ambos os períodos a administração amaralista esmerou-se pela renovação, modernização e recuperação da economia fluminense.

No campo da indústria, o Comandante⁷ dialogou com múltiplas forças sendo elas econômicas, políticas, públicas e privadas. Somado a política interna, o ERJ contou com pesados investimentos federais, talvez em escala muito maior que outras Unidades da Federação. Assim, partimos de algumas premissas:

a) na escala estadual a administração Amaral Peixoto extraiu benefícios da modernização industrial em curso no país. Parece-nos evidente a concatenação de

1 SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC / Lúcia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias (Organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998.

2 PEIXOTO, Ernani do Amaral. Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto. Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina D'Araujo, Dora Rocha Flaksman (Organizadoras). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Coleção Brasil século 20).

3 ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de. (Coord.). Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC/FAPERJ, 2014.

4 ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. vol. v.

5 MOREIRA, Regina da Luz. CSN um sonho feito de aço e ousadia. Rio de Janeiro: Iart, 2000.

6 AVELAR, Alexandre de Sá. A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares (1937-1987). 2006. 371p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2006.

7 Alcinha pela qual era conhecido.

esforços entre os governos federal e estadual na instalação de uma indústria de base e diversas no território fluminense e que de algum modo complementasse os polos dinâmicos da indústria nacional. Neste aspecto, Amaral Peixoto insere-se como importante agente na formatação do complexo industrial fluminense ao longo da administração Vargas; b) defendemos que houve mudança na dinâmica ou na paisagem industrial fluminense em relação ao período anterior uma vez que durante o Estado Novo, o ERJ exerceu certo predomínio em termos de investimentos federais - marco de um novo tipo industrial fluminense. Dentre as empresas direcionadas pelo Estado brasileiro destacam-se as seguintes no ERJ: CSN (1941); Fábrica Nacional de Motores (FNM 1942) e a Companhia Nacional de Álcalis (CNA 1943).

No campo específico do governo estadual destaca-se a iniciativa de construção da Usina Hidrelétrica de Macabu (UHM 1945) a cargo da Empresa Fluminense de Energia Elétrica (EFE). Aliados a estes esforços, observamos incentivos estaduais concedidos às empresas do setor vidreiro, cimenteiro, metalúrgico, químico, têxtil, frigorífico, “pesqueiro” e de alimentos. Convém ainda indicar as tentativas de recuperação do setor agrícola fluminense (CASTRO, 1996.p. 255 a 264).

Não obstante, ainda há tempo para indicar o seguinte dado: a administração Amaral Peixoto cria um conjunto de agências. Estas desempenharam papel fundamental no diálogo do governo com setores privados com vistas a promover o desenvolvimento capitalista fluminense.

Todavia, esta situação não era completamente nova. Como veremos mais adiante, a partir de 1930 são criadas um elenco de agências pelo governo federal, portanto, de alcance nacional. É neste sentido que pretendemos demonstrar a atuação de Macedo Soares no enfrentamento da questão siderúrgica nacional. Este agente, militar e engenheiro metalúrgico, se tornou a principal autoridade brasileira no assunto. Em todas as comissões ocupou posição de proa na defesa de uma usina siderúrgica nacional. Macedo Soares foi um ferrenho defensor da modernização brasileira e de uma cultura educacional técnico-científica⁸.

Macedo Soares

Nasceu em 9 de junho de 1901 na cidade do Rio de Janeiro. Militar do exército alcançou o posto de coronel (1944) e o de general de brigada (1952), empresário e engenheiro especializado em metalurgia, Macedo Soares integrou o movimento tenentista na década de 1920 cujos desfechos contribuíram para a ascensão de Getúlio Dorneles Vargas à Presidência da República no limiar da terceira década do século anterior. Exilado, cursou engenharia metalúrgica na França ocasião em que começa a ganhar leque neste campo da atividade econômica. Ainda no exílio estagiou em usinas

⁸ Cf. AVELAR, Alexandre de Sá. *A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares (1937-1987)*. 2006. 371p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2006.

específicas naquele país e na Itália. Já de volta ao Brasil, em passagem pela Itália (1932) estagia em dada empresa com ênfase em forno elétrico de aço. Debruçado sobre a questão metalúrgica este personagem foi requisitado em todas as comissões criadas no Brasil para viabilizar a empresa siderúrgica nacional, percorreu inúmeros países a estudo ou representando o governo brasileiro neste campo, como por exemplo, na obtenção do financiamento da CSN e lecionou metalurgia em diversas escolas técnicas no Brasil.

Macedo Soares foi o primeiro diretor-técnico (responsável pela construção da usina) da CSN (1941/1946), voltou à empresa em 1954 desta vez na condição de presidente da mesma, lá permanecendo até 1960. Ainda em 1945 foi nomeado para a Comissão de Planejamento Econômico do Conselho de Segurança Nacional, ligada ao Ministério da Guerra; Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1946; eleito por uma aliança tripartite (PSD, PTB e UDN), exerceu a governadoria fluminense entre 1947 a 1951; no imediato 1951, torna-se membro cativo da Escola Superior de Guerra e um dos colaboradores da Companhia de Aços Especiais Itabira (ACESITA), tornando-o presidente da mesma; membro do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, ligado ao Ministério da Viação e Obras Públicas - assessorou o grupo alemão Mannesmann que instalou uma unidade siderúrgica em Minas Gerais de capital teuto-brasileiro (1952); no biênio 1953/1954 lecionou metalurgia na Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, na condição de executivo da Comissão de Desenvolvimento Industrial, assessorou a Organização das Nações Unidas em parecer favorável à instalação de uma siderúrgica na Venezuela; no ano de 1959, presidiu o Conselho Consultivo da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e torna-se "primeiro presidente do Instituto Latino-americano do Ferro e Aço." (ABREU, 2014, p.1239); no tenro limiar dos anos 1960 assumiu posições paralelas, vice-presidência da Mercedes-Benz do Brasil, um dos nomes (entre 1961/1967) do Conselho Consultivo da Comissão do Plano do Carvão e vice-presidente (1963) do recém-criado Instituto Brasileiro de Siderurgia em que galgou a presidência deste órgão de classe no ano seguinte (1964); já na fase da ditadura civil-militar e empresarial - chega a vice-presidência da Federação das Indústrias das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da Confederação Nacional da Indústria de 1964 a 1968; ao assumir a pasta do Ministério da Indústria e Comércio no triênio 1967, 1968 e 1969 se manteve debruçado sobre o tema da siderurgia ao criar o Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica (CONSIDER) - empreitada que visava expandir o setor e reuniu uma frente ampla: Ministério do Planejamento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Brasil, CSN e Companhia Vale do Rio Doce. Observa-se uma figura de intensa atuação em diferentes esferas. Faleceu aos 88 anos em 9 de agosto de 1989.

Macedo Soares e a questão siderúrgica nacional

O Estado brasileiro pós 1930, associado a parcelas da burguesia empresarial nacional e internacional, dá vistas ao processo de industrialização do país através da utilização dos recursos nacionais com o fito de promover o advento de indústrias de bens de capital e do próprio processo da industrialização brasileira. Processo que ganhava forma a partir do tripé siderurgia, mineração e petróleo. Naquele momento, o marco desta presença do Estado brasileiro no setor produtivo enquanto um dos promotores do desenvolvimento capitalista possuía conotações mais estatizantes e menos nacionalistas bem como apresentava bases ou princípios estratégico-militares: soberania, defesa

nacional e controle dos recursos naturais. Sobre a formatação do projeto industrial e a campanha para a construção de uma siderurgia brasileira, Macedo Soares pondera:

Havia um grupo de oficiais que só pensava na industrialização do Brasil e, a meu ver, este foi o motivo principal da campanha: tirar o país do marasmo em que se encontrava. Nós nos articulamos visando a esse objetivo; nosso ideal era que o Brasil se desenvolvesse de acordo com o que dizia aquele livrinho do Elísio de Carvalho, Brasil, potência mundial. (SILVA, 1998, p. 34)

Quanto à siderurgia, é verdade que o período pré-1930 fora marcado pela presença de diversas empresas do setor, vinculadas ao capital internacional, porém, ainda incipiente e com enormes dificuldades para suprir a requisição da demanda nacional. Após a chegada de Getúlio Vargas no governo federal esta questão será tratada de forma mais premente. É neste terreno que entenderemos melhor o nosso personagem:

Durante os anos passados na Europa, Macedo Soares tornou-se um especialista em metalurgia, o que fez com que, ao retornar ao Brasil, fosse solicitado a participar de debates e comissões, a dar pareceres e elaborar projetos sobre o problema siderúrgico brasileiro. (ABREU, 2014, p. 1237)

Nessa esteira, Macedo Soares integrou a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos (1931) cujo objetivo precípua era o de pensar o problema metalúrgico nacional inclusive para a fabricação de equipamentos bélicos, bem como, no mesmo ano, participou da Comissão Nacional de Siderurgia, integrada ao Ministério da Guerra varguista. Esta comissão passou a pleitear a construção de uma usina siderúrgica no país. No início da década de 1930, Macedo Soares passa a atuar também no campo do magistério, assume a cadeira de metalurgia da Escola de Engenharia do Exército entre 1932 a 1943 e é convidado para dar vários cursos nesta seara, como na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

O advento do Estado Novo demarcou, de forma premente, alternativas ao problema siderúrgico brasileiro. Neste contexto, há predominância de uma frente tripartite para enfrentamento desta questão: militares, industriais e técnicos. Em tela, um projeto estatal-privado com expectativas de fincar as bases do desenvolvimento industrial-nacional, ou seja, em termos finais, garantidor da nossa soberania e independência econômica, segundo seus idealizadores. Portanto, um elemento chave para a segurança nacional.

Dentre os vários órgãos de assessoramento criados pelo governo Vargas, coube ao Conselho Técnico de Economia e Finanças (1938) emitir pareceres e executar relatório quanto o tema aqui apresentado. Macedo Soares foi uma espécie de figura carimbada nos debates organizados pelo Conselho. Artur de Souza Costa, Ministro da Fazenda à época e cujo Conselho estava vinculado à sua pasta, solicitou a Macedo Soares o projeto de uma usina siderúrgica nacional. Personalidade influente pode-se afirmar que o projeto

organizado por este agente foi o rascunho mais bem acabado daquele que deu origem a CSN. Neste ínterim, o proponente sugeriu a aliança do capital nacional ao estrangeiro.

Por sua vez, o presidente Vargas submeteu o projeto a um segundo órgão do governo - Conselho Federal de Comércio Exterior (criado em 1934), bem como enviou Macedo Soares ao exterior, este percorreu, sem sucesso, a Europa e os Estados Unidos cujo fito principal era o de iniciar conversações e avaliar as possibilidades e condições de financiamento exógeno. Alheio a este fato, nos idos de 1939/40 Getúlio Vargas instituiu a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico: corpo técnico integrado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, comandado à época por João de Mendonça Lima.

Da comissão preparatória à comissão executiva

A Comissão Preparatória consistia em um corpo misto formado por técnicos brasileiros e norte-americanos e cujos entendimentos caminhavam para a formação da companhia siderúrgica nos moldes de uma sociedade anônima em que participariam o governo brasileiro, o empresariado nacional e a norte-americana U.S Steel – maior produtora de aço à época (MOREIRA, 2000. p. 25). Nomeado a presidir os trabalhos desta comissão, mais uma vez, Macedo Soares se notabiliza como uma das pontas de lança do projeto siderúrgico brasileiro. Não obstante, e mesmo com mediação do governo de Washington, o encaminhamento da associação com a U.S Steel foi frustrado diante do advento da Segunda Guerra Mundial.

Entre idas e vindas e das negativas de setores do capital externo em associarem-se ao Estado brasileiro neste projeto siderúrgico, conforme preconizara Macedo Soares, coube, definitivamente, ao presidente Vargas - como numa partida de golfe - a tacada final para a instalação da empresa siderúrgica nacional. Macedo Soares e o empresário Guilherme Guinle⁹ foram designados a se debruçar sobre esta questão:

Em fevereiro de 1940 o presidente recebeu o resultado deste trabalho, do qual constavam o orçamento, as normas gerais para a organização da usina e as recomendações para a elaboração do estatuto da nova empresa. Em 4 de março Vargas assinou o decreto-lei que criava a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. (ABREU, 2014, p. 1238)

Nesta esteira, a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (CEPSN) era - “A nona de uma longa série de comissões e conselhos que ao longo de dez anos foi incumbida de tratar da questão siderúrgica teria total autonomia e seria subordinada à Presidência da República.” (MOREIRA, 2000. p. 26). Portanto, um órgão de governo

9

A família Guinle foi uma das mais ricas, poderosas e influentes no Brasil do século XX, detinha a concessão da Companhia Docas de Santos até a década de 1960, proprietária da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, da Cia de Fósforos Cruzeiro, do Banco Boa Vista. A família também possuía fazendas, fábricas no setor têxtil, construtora de ferrovias, detinha a representação, no Brasil, de diversas empresas estrangeiras e atuou no setor de entretenimento e hotelaria, como o Teatro Phenix (SP) e a Cia. Hotéis Palace. Guilherme Guinle foi um agente muito prócere do presidente Getúlio Vargas e do interventor fluminense, Amaral Peixoto. Para uma melhor compreensão dos Guinle confira, HONORATO, Cezar. Os Guine: riqueza, poder e glamour. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira e BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Org.). **Os donos do capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2017. pp.51-77.

incumbido de pensar e levar a cabo uma usina nacional no setor. É então criada uma Subcomissão de Siderurgia da CEPSN e, como figura de cepa neste campo, Macedo Soares torna-se integrante desta subcomissão, enviado aos Estados Unidos, juntamente com Guilherme Guinle e Ari Frederico Torres¹⁰, o trio, representando o governo brasileiro, consegue fechar acordo de empréstimo de 20 milhões de dólares junto ao Eximbank (Export Import Bank).

No desfecho desta questão, a 30 de janeiro de 1941 o presidente assina o Decreto-Lei nº 3.002 que autorizava a instalação da usina. À CEPSN coube dar ajustes finais as questões de ordem financeira (recursos), jurídica e organizativa (administração). Nascia assim, em abril de 1941, na atual cidade fluminense de Volta Redonda, a CSN - não associada ao capital estrangeiro e sim através de empréstimos diretos. Empresa de economia mista apresentava uma gama de acionista à época de sua instalação (MOREIRA, 2000. p. 37), porém, o Estado brasileiro se sobressaía no controle majoritário destas ações.

Guilherme Guinle ocupa a primeira presidência da CSN e Macedo Soares assume o cargo de diretor-técnico permanecendo na função até 1946, oportunidade que teve para acompanhar toda a fase de instalação e dos primeiros funcionamentos da CSN. Como uma das figuras orgânicas do capitalismo brasileiro e, este, articulado ao internacional, Macedo Soares, enquanto diretor da CSN acumulou a função de presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão e de Conselheiro Consultivo da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

O conceito de progresso industrial no Brasil pós 1930 e suas articulações com o caso fluminense: análise introdutória

A partir dos anos 1930 tanto no Brasil quanto em diversos países, torna-se mais incisiva a ação governamental nas questões econômico-financeiras e produtivas. Esta é, por exemplo, a análise da Revista Conjuntura Econômica de 1950 em sucinto artigo intitulado - *Agências econômicas e financeiras do governo federal*¹¹ em que delega esta ação do Estado às contingências das crises nos setores econômicos. Seja isso ou a ação originária do governo com vistas a garantir o desenvolvimento, o material apresenta importantes indicações quanto às intervenções do governo federal nas seguintes esferas: nas atividades monetária e creditícia (incluiu-se o setor bancário), siderurgia, petróleo, portos, ferrovias, sal e na produção de gêneros primários como: café, açúcar, mate, pinho, algodão, borracha, entre outros. Todos estes setores passam a ter agências específicas que não convém aqui sumariar. A fonte ainda cria três categorias ou esferas apresentadas

¹⁰ Gaúcho de Porto Alegre, formado em Engenharia Civil fez curso de metalurgia e de metalografia na Europa. Entre 1933 a 1935 presidiu o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Para outros dados acerca deste agente, consulte ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. vol. V. p. 5767-5768.

¹¹ Estudos Especiais. *Agências econômicas e financeiras do governo federal*. **Revista Conjuntura Econômica**. Vol. 4. n. 11 Rio de Janeiro, 1950, p. 27-31. Disponível em <>. Consultado em 20 jul. 2018. Sem autoria. Foi mantida a grafia atual.

em organograma: esfera da economia com 40 unidades entre órgãos e empresas com uma gama bem diversificada de atividades relacionadas; esfera financeira em que são apresentadas sete agências e por fim, a esfera dos serviços públicos com 23 empresas ou agências, sendo estas basicamente atreladas ao serviço de infraestrutura ferroviária, marítima (portuária) e o lóide brasileiro¹².

É consenso na historiografia a guinada urbano-industrial que se verifica no Brasil pós 1930 e o papel decisivo do Estado neste processo sob a fórmula do nacional desenvolvimentismo. Em outros termos, o progresso da sociedade brasileira capitaneada pelo Estado atendeu pela política desenvolvimentista através de várias agências criadas com vistas à modernização da matriz capitalista no Brasil. Este, por exemplo, é o cerne da histórica e clássica análise de Ricardo Bielschowsky sobre o desenvolvimentismo¹³.

Vemos assim, em Bielschowsky, que o desenvolvimentismo brasileiro entre 1930 a 1964 consistiu na ação planejada do Estado brasileiro com vistas a promover a industrialização via processo de cooptação de forças do setor produtivo. Considerando o Estado como promotor de mudanças estruturais e contrapondo a tradicional vocação agrária do país, ao menos em tese, argumenta-se que estava incutida na política desenvolvimentista a expectativa de que a industrialização brasileira seria uma etapa de superação da pobreza e de combate ao subdesenvolvimento, reduzindo as diferenças entre países ricos e pobres.

Há de se destacar uma variação no conceito de desenvolvimentismo que assume nuances interpretativas na formulação de propostas para o problema do desenvolvimento brasileiro e mobiliou “um campo amplo de interesses” (DRAIBE, 1985, p. 42). Mesmo assim, esta autora no informa que: “(...). As forças políticas eram heterogêneas mas não eram socialmente indeterminadas, e isso num sentido muito preciso: o dos conteúdos com que atuavam na luta política, mais ou menos próximos dos setores sociais estratégicos. (...)”. (DRAIBE, 1985, p. 42).

As diversas correntes desenvolvimentistas são assim identificadas por Bielschowsky: a) desenvolvimentismo privado - com interferência relevante da Confederação Nacional da Indústria e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; b) desenvolvimentismo público não nacionalista - com defesa de participação do capital estrangeiro e interferência da Comissão Mista Brasil Estados Unidos e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e, c) desenvolvimentismo público nacionalista - sob interferência também do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, somadas as interferências da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Esta última corrente esteve mais próxima às ideias cepalinas - Comissão Econômica para a América Latina (BIELSCHOWSKY, 2004, p.242).

A gestação da política desenvolvimentista se dá com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal, tal perspectiva de desenvolvimento alcançou maturidade na década de 1950. Como já dissemos, o desenvolvimentismo resultou da ação incisiva do Estado brasileiro com objetivos de promover a modernização capitalista de forma a cimentar, de acordo com determinados contextos históricos, interesses públicos nacionais

¹² Estudos Especiais. Agências econômicas e financeiras do governo federal. **Revista Conjuntura Econômica**. Vol. 4. n. 11. Rio de Janeiro, 1950, p. 28 e 29. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/52060/50855>>. Consultado em 27 jul. 2018.

¹³ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

(sob a forma de nacionalismo ou estatismo) e interesses privados ora nacional, ora estrangeiro: o conceito de progresso passava por estes vieses.

Sobre as origens do desenvolvimentismo, acompanhemos Bielschowsky:

(...), a partir de 1930 e sobretudo durante o Estado Novo, foi criada uma série de agências voltadas para a administração de problemas de alcance nacional. Automaticamente seus técnicos civis e militares foram levados a pensar questões do desenvolvimento econômico nacional de uma forma integrada e abrangente, gerando a ideologia desenvolvimentista. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 78)

Neste sentido, pedimos licença ao leitor para a extensa lista ou o que Sônia Draibe chama de “constelação de organismos executivos ou diretivos, de políticas gerais ou setoriais” (DRAIBE, 1985, p. 90) - as principais agências nacionais criadas podem ser assim sintetizadas: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Departamento Administrativo do Serviço Público; Conselho Federal do Comércio Exterior; Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica; Conselho Técnico de Economia e Finanças; Coordenação de Mobilização Econômica; Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; Comissão do Planejamento Econômico; Carteira de Crédito Agrícola e Industrial; Carteira de Importação e Exportação; Comissão Nacional de Gasogênio; Conselho Nacional de Minas e Metalurgia; Comissão de Indústria e Material Bélico; Departamento Nacional de Produção Mineral; Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; Conselho Nacional de Política Industrial Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 127; 129; 251; 254 e 257 e DRAIBE, 1985. p. 89 a 92).

Para voltar ao caso fluminense, Amaral Peixoto, como um dos agentes do desenvolvimento econômico fluminense não pode ser tomado como mero caudatário das formulações federais, ainda que seu governo tenha beneficiado da proximidade pessoal e familiar com Vargas. Por outro lado, é inegável que sua administração tenha extraído benefícios deste contexto:

No Estado do Rio, Amaral Peixoto soube aproveitar-se com habilidade da situação excepcional a seu favor. Levou a efeito uma política pessoal que lhe assegurou prestígio popular, porque atendia tanto aos interesses imediatos dos correligionários como as questões locais do agrado destes. Realizou obras de vulto, contando com apoio do governo federal que nada lhe negou. (PINHEIRO, 1955, p. 191).

Desse modo, podemos retomar aqui a indicação do elenco de algumas das agências correlatas criadas pelo governo Amaral Peixoto para conduzir a modernização industrial-capitalista fluminense: Departamento das Municipalidades; Conselho Administrativo; Departamento Estadual de Estatística; reorganização da Secretaria de Finanças; Conselho Econômico e Financeiro do Estado; Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio; Comissão de Estradas e Rodagens; Caixa Econômica do Estado do Rio de

Janeiro; Companhia de Expansão Econômica Fluminense S.A; Comissão de Desenvolvimento industrial e a Comissão Especial de Abastecimento. Para antecipar aqui um ponto que será objeto de análise na sequência da pesquisa, nos apropriamos da premissa formulada por Honorato de que com tal direcionamento, isto é, a partir de algumas destas agências, “buscou-se atender às necessidades de uma maior reprodução do capital”. (HONORATO, 1987. p. 134).

Uma das etapas da pesquisa consiste em estudar a homologia destas agências nacionais e fluminenses. Entender a correspondência entre estes órgãos, em especial, aqueles do ERJ, permitirá mapear o caminho seguido pelo Comandante para formular a política de desenvolvimento fluminense.

Breve reflexão: o Estado do Rio de Janeiro no contexto siderúrgico nacional

É importante requisitar a atenção do leitor para o seguinte aspecto: das empresas de iniciativa do governo federal implantadas no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) durante a interventoria Amaral Peixoto houve sempre o destaque de um agente: é o caso de Macedo Soares para a CSN (Volta Redonda); do Brigadeiro Guedes Muniz para a Fábrica Nacional de Motores (Duque de Caxias) e de Gileno de Carli para a Companhia Nacional de Álcalis (Cabo Frio).

Na organização do seu governo, Amaral afirma que desejava ter Macedo Soares na Secretaria de Viação e Obras Públicas, impossibilitado porque este “ia ser secretário da Comissão de Siderurgia para organizar a Companhia Siderúrgica Nacional” (PEIXOTO, 1986, p. 159). Assim, Macedo Soares indica seu irmão, Hélio de Macedo Soares para assumir a pasta estadual. Na instalação da CSN em Volta Redonda, aproximemos um pouco mais deste terreno a partir do depoimento do próprio interventor:

O Edmundo de Macedo Soares, que estava na Comissão de Siderurgia, um dia me pediu uma audiência e foi ao Ingá. Levou um desses mapas rodoviários vagabundos, que devo ter guardado até hoje no meu arquivo, e disse: “Nós chegamos a uma conclusão: a usina siderúrgica tem que ficar entre Cruzeiro e Barra do Piraí.” Traçou um risco vermelho no mapa e continuou: “Aqui é o lugar do encontro do minério com o carvão, e o que é importante na localização da usina não é o transporte de minério nem do carvão, e sim o transporte do material acabado. O Rio de Janeiro e São Paulo consomem 90% do que a usina vai produzir. Tecnicamente, vou indicar este ponto.” Nunca tinha me passado pela cabeça que a usina fosse ficar no estado do Rio de Janeiro. (...). Uma vez localizada tecnicamente a usina em Volta Redonda, o Edmundo me disse: “Agora faz a defesa política”.¹⁴ (PEIXOTO, 1986, p. 181)

Observe que Amaral Peixoto tenta naturalizar a opção pelo ERJ como se as decisões dos agentes públicos fossem desprovidas de quaisquer significados. Havia um estreitamento, inclusive familiar, entre os executivos federal e estadual. Embora Amaral Peixoto negue, o fato pode ter favorecido seu governo em termos de investimentos federais. Mais a frente, em seu depoimento e de forma indireta o Interventor fala de sua participação nas conversas internacionais, especialmente nas praças norte-americanas com o objetivo buscar investidores para a usina siderúrgica nacional. Ainda que no

¹⁴ Aspas do original.

primeiro plano buscou-se aproximação com os alemães ou associação com o capital britânico, os rumos da guerra forçaram a opção pelos vizinhos do norte. (PEIXOTO, 1986, p. 209 a 213)

Considerações finais

O agente Macedo Soares percorreu variados setores da vida pública e privada, e, como vimos, em algumas delas, de modo concomitante. Este personagem transitou em agências do Estado restrito e da sociedade civil, portanto, um intelectual orgânico na matriz gramsciana. Para o pensador italiano intelectual é aquele que organiza, conduz e lidera uma dada ação de uma fração da sociedade. Ou seja, o intelectual aqui é aquele que exerce uma ação política, a persuasão, de modo a dar consistência, homogeneidade e consciência à própria ação ¹⁵.

Relembrar a circularidade deste personagem joga luz ou amplia os horizontes no que tange a relação entre o ERJ, setores do empresariado nacional e internacional e da relação entre agências e agentes. A inventividade, a capacidade de modernização, o espírito inovador e empreendedor do empresariado não são elementos suficientes para explicar a própria lógica da acumulação e da reprodução de riquezas. Falando em termos específicos do empresariado nacional, há um “aparelhamento” deste junto ao Estado não raro acompanhada de uma aproximação mais ou menos elevada ou sofisticada com o capital internacional. Com decisivo incentivo estatal, o capital endógeno articula-se ao exógeno, o inverso também é verdadeiro.

Como representante de uma parcela da sociedade civil e, ao mesmo tempo representante do Estado restrito, Macedo Soares circulou por diversas esferas: agências públicas e aquelas de interesse privado. Por fim, auxiliou a construção do consenso acerca da questão siderúrgica, que, por tabela estava associada a uma gama bem diversificada de empreendimentos empresariais e do desenvolvimento capitalista no Brasil. Logo, se tomarmos a atuação deste personagem reduzida em si em nada auxiliará na compreensão do problema. Sua ação antes de ser personalizada está plasmada, isto é, institucionalizada nas agências das quais participou o que reforça a atuação deste agente enquanto uma das lideranças do empreendimento metalúrgico no Brasil em sua concentração e reprodução de capital.

Artigo recebido em 11 mai. 2019.

Aprovado para publicação em 27 jul. 2019.

Documentação

CPDOC: Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. Série Interventoria. 1937.11.11.

¹⁵Cf. GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

Revista Conjuntura Econômica. Vol. 4. n. 11. Rio de Janeiro, 1950, p. 27 a 31. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/52060/50855>>

Referência bibliográfica

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. vol. v.

_____. PAULA, Christiane Jalles de. (Coord.). Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC/FAPERJ, 2014.

AVELAR, Alexandre de Sá. A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares (1937-1987). 2006. 371p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto. 1996. 393p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1996.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HONORATO, Cezar. Os Guinle: riqueza, poder e glamour. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira e BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Org.). Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2017.

_____. O novo estado no Estado Novo: análise da interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro. 1987. 290p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1987.

MOREIRA, Regina da Luz. CSN um sonho feito de aço e ousadia. Rio de Janeiro: Iart, 2000.

PEIXOTO, Ernani do Amaral. Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto. Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina D'Araujo, Dora Rocha Flaksman (Organizadoras). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Coleção Brasil século 20).

PINHEIRO, Eurico. Três anos de realizações do governo Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Dias Vasconcellos, 1940.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC / Lúcia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias (Organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998.